

Cidades do interior: O Instituto Joaquim Nabuco e o discurso etnográfico sob o signo da suspeita (1964-1985)

Inland Cities: The Joaquim Nabuco Institute and Ethnographic Discourse under the Sign of Suspicion (1964–1985)

Enviado em: 15-11-2025

Aceito em: 13-01-2026

Jefferson Evânio da Silva¹
Eduardo Roberto Jordão Knack²

Resumo

O presente texto discute a configuração de certo momento do discurso etnográfico sobre cidades do interior pernambucano no contexto da Ditadura Militar brasileira. Discute-se, mais precisamente, a importância do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais enquanto *lugar social* no interior do qual se gestou certa gramática que buscou descrever os modos de vida, os problemas sociais e as formas de sociabilidade de populações residentes em pequenas e médias cidades pernambucanas. A partir do estudo da atuação da antropóloga francesa Colette Callier, pesquisadora visitante no *Instituto* na década de 1960, pretende-se demonstrar como a emergência de um discurso sobre as cidades no período se fez acompanhar por processos de *tensionamento*, *negociação* e *legitimação* envolvendo a instituição, a pesquisadora e os poderes locais estabelecidos.

Palavras chave: Ditadura Militar; Discursos; cidades do interior.

Abstract

This article discusses the configuration of a certain moment in the ethnographic discourse about cities in inner Pernambuco in the context of the Brazilian Military Dictatorship. More precisely, it discusses the importance of the Joaquim Nabuco Institute of Social Research as a social space within which a certain grammar was developed that sought to describe the lifestyles, social problems, and forms of sociability of populations residing in small and medium-sized cities in Pernambuco. Based on the study of the work of the French anthropologist Colette Callier, a visiting

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O presente texto apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado: *A Ditadura da municipalidade: discurso etnográfico e experiência política no interior pernambucano (1964-1985)*, em desenvolvimento no âmbito de uma pesquisa de pós-doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). jeffersonevaniosocio@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). eduardo.roberto@professor.ufcg.edu.br

researcher at the Institute in the 1960s, the aim is to demonstrate how the emergence of a discourse about cities during this period was accompanied by processes of tension, negotiation, and legitimation involving the institution, the researcher, and the established local powers.

Keywords: military dictator-ship; Discourse; Small Towns

Introdução

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.
(Michel Foucault)

A epígrafe que prefacia a presente discussão pretende situar um dos elementos constituintes da rarefação dos discursos. A dimensão da interdição, que atravessa toda palavra dita e não-dita, sugere que não há produção de discurso que seja imune às suas próprias condições sociais de emergência. É porque o discurso não apenas cria um determinado estado de coisas, mas, e talvez acima de tudo, em função de seu caráter igualmente disruptivo, que determinada sociedade busca controlar seu acontecimento aleatório, deslocando, como nos movimentos de esgrima, o corpo (social) de um proeminente ataque que a espada da palavra pode infligir à ordem construída. Decerto, teme-se a palavra não apenas em função daquilo que ela oculta, mas, sobretudo, em razão daquilo que ela é capaz de revelar. Portadoras de segredos, as palavras (sobretudo a palavra proibida, palavra maldita) e aqueles discursos que as sedimentaram em unidades dispersas e descontínuas estão, por esta razão, regularmente submetidas, como sugeria Yoko Ogawa (2023), à *polícia da memória*.

Na mesma direção, as forças que regulam a circulação dos discursos em geral não se restringem, apenas, à interdição da palavra. Elas também se abatem sobre os próprios objetos trazidos à tona por aqueles discursos que buscam traçar o caminho. Este é o caso das chamadas *cidades do interior*. Significantes flutuantes que gravitam na história do pensamento social brasileiro e na pena do registro narrativo de cunho

memorialista muitas vezes sob a forma de imagens estereotipadas, amorfas e imutáveis. Ou, ainda, como reflexo de miragens essencializadas, quando a pequena urbe e seu povo foram lidos enquanto última vanguarda de tradições e raízes do nacional. Em ambos os casos, será preciso questionar a cidade, seus imaginários e as imagens que ela associamos, a partir daquilo que o discurso nos oferece. Procedendo, deste modo, a uma inversão em termos de método: *buscando captar a cidade do interior não enquanto manifestação de uma coisa em si, mas, inversamente, enquanto um objeto constantemente des/reinventado*. Isto é, como o produto da soma de representações, imaginários e práticas discursivas. Certamente, através de toda uma série de dispositivos, a cidade é capaz de dizer a si mesma. Entretanto, não independentemente da linguagem; jamais fora de certas lógicas discursivas que organizam os sentidos permitidos, proibidos, disputados, evocados à lembrança ou ao esquecimento.

É desta forma, isto é, como acontecimento, que gostaríamos de situar o discurso etnográfico³. Mais precisamente, certo registro deste evento: o discurso etnográfico que se buscou construir em Pernambuco durante a vigência da ditadura militar brasileira e que elegeu como objeto as dinâmicas da vida social em pequenas e médias cidades da região. Este é um estudo que propõe analisar as condições sociais de emergência deste discurso a partir de dois elementos distintos, porém, complementares: (a) O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais enquanto lugar social; (b) A atuação da etnóloga francesa Colette Callier-Boisvert naquele instituto durante a década de 1960. Uma pesquisadora interessada em compreender, naquele contexto, as formas de organização do poder, os processos de estratificação social, as

³ Ao longo deste trabalho, empregamos a expressão *discurso* nos termos da teorização elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Na Teoria Política do Discurso, a noção de discurso aponta para uma categoria que pressupõe a articulação de “palavras e ações”; algo que tem “natureza material e não mental e/ou ideal (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 49). Trata-se, pois, de uma leitura do discurso que não pretende circunscrever a questão da produção do sentido à intencionalidade dos agentes - conforme certa concepção psicologista do discurso. Com efeito, em Laclau, “o discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes”, constituindo parte “inseparável da ontologia social dos objetos” (Burity, 2014, p. 66). Na Teoria do Discurso, a noção de discurso implica, pois, a função central da lógica da articulação e do diferimento, sendo o próprio discurso o resultado de determinada prática de articulação. Nos termos de Laclau e Mouffe (2015, p. 178): “chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso”.

razões dos processos de migração, a condição social das mulheres e a evolução sócio-econômica de uma cidade do interior⁴.

A cena englobante do presente recorte se situa no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Assim, o pano de fundo que configurou as condições sociais de emergência do discurso etnográfico sobre cidades do interior pernambucano pressupõe certo resgate dos sentidos assumidos pelo regime instalado em 1964 no chamado “Brasil profundo”. Os ecos da Ditadura em pequenas e médias cidades no país se fizeram sentir a partir de múltiplas estratégias de legitimação, controle e, em alguns casos, contestação do regime ideológico estabelecido a partir do golpe de 1964. Apesar da literatura especializada sobre o período eleger tradicionalmente os grandes centros urbanos como espaços nevrálgicos da experiência histórica, importantes estudos de referência já estabeleceram o estudo da Ditadura civil-militar para além de seu eixo geográfico privilegiado (sul/sudeste), ampliando o horizonte das análises sobre o período a partir de sua experiência rural, campesina, urbana, comercial, mas, sobretudo, provinciana (Adilson Filho, 2025;2025, Silva, 2022).

Entre alguns dos temas importantes vislumbrados por este *acontecimento discursivo* presente ao nível dos estudos sobre a Ditadura, poderíamos destacar, por exemplo: (a) a repressão da ditadura militar à ação das Ligas Camponesas na região canavieira de Pernambuco, o caráter classista e reacionário do golpe, bem como a organização e perseguição política aos sindicatos e demais formas de organização da classe trabalhadora no interior (Dabat, 2003; Lima, 2015; Rogers; Filho); (b) A política anticomunista e/ou, ainda, a ação da ala mais progressista da Igreja Católica a partir da intervenção de padres em diversas paróquias do interior do Nordeste no período

⁴ O município em tela é a pequena cidade de Agrestina/PE. Localizada na região do Agreste meridional, a 154 km da capital pernambucana, a cidade do Recife. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, sua população residente atual é de 23.779 habitantes, com densidade demográfica de 118,68 hab./km² e uma área territorial de 200. 369 km². Vale ressaltar aqui, o trabalho pioneiro desenvolvido por José Romildo Souza Lemos Júnior (2014) acerca das tramas do cenário político no município entre 1947-1969. Em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande em 2014, Lemos Júnior analisou o funcionamento dos sistemas de clientelismo vigentes na municipalidade no período que antecede à ascensão e consolidação dos militares no poder. Este trabalho constituiu base importante para uma pesquisa posteriormente desenvolvida por Silva (2020) acerca dos desdobramentos das imbricações entre a tradição clientelista pré-existente e certo populismo conservador de direita que emerge a partir das conexões entre religião e política na cidade entre as décadas de 1960-1980. Os resultados deste último trabalho, que guardam importante conexão temática com os objetivos do presente projeto de pesquisa, foram publicados na obra: *Religião e Política na Terra da Mazuca: discursos, práticas e palanques eleitorais* (Silva, 2020).

(Montenegro, 2019; Neto, 2022; Silva, 2022);(c) Os dispositivos de legitimação e/ou resistência acionados pelo discurso da imprensa local, regional e nacional no contexto do golpe (Resende, 2013; Bandeira, 2022), dentre outros.

Nosso trabalho busca caminhar nessa direção, ao eleger como objeto de problematização uma discussão relativamente ausente na literatura, a saber: o estudo dos discursos, inclusive daqueles *discursos constituintes*, que buscaram fazer, por assim dizer, uma espécie de inventário de práticas, costumes e sociabilidades das populações residentes em cidades do interior nas décadas de 1960 e 70. Na primeira seção do presente texto, discutimos o lugar do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais no projeto mais amplo de construção de um discurso específico sobre a região nordeste no contexto da Ditadura Militar brasileira. Na segunda e terceira parte do trabalho, tratamos, respectivamente, dos processos de tensionamento, negociação e conflito envolvendo a instituição, a pesquisadora francesa Callier Boisvert e autoridades políticas regionais e municipais. Pretende-se demonstrar, portanto, como o processo de emergência de certo momento do discurso etnográfico sobre cidades do interior pernambucano naquele período se fez acompanhar por processos de autorização, legitimação, vigilância e controle. Numa cena englobante onde o clima de desconfiança política era retroalimentado pela turbulência política dos anos 1960/70, a nível internacional e nacional. Em um cenário onde o regime militar instalado em 1964 encontrava, em muitas cidades do interior, seu equivalente provinciano: a *ditadura das municipalidades*.

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Em 1949, após aprovação do Projeto de Lei nº 770, proposto pelo então Deputado Federal Gilberto Freyre, era criado o Instituto Joaquim Nabuco (IJN). O texto oficial justificava a criação de um instituto “dedicado ao estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do norte e do pequeno lavrador dessa região”, visando “o melhoramento dessas condições” (Fundaj, 1981, p. 43). Inicialmente, como um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, na década de 1960 a instituição passou a figurar como uma das autarquias federais, gozando de personalidade jurídica e autonomia administrativa, passando a ser

reconhecida como Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Jucá, 1991). Nas décadas seguintes, em torno deste lugar social⁵ será construída toda uma discursividade acerca das condições de vida das populações rurais e urbanas no chamado “interior”, especialmente a partir do fomento à pesquisas realizadas em cidades da região agreste, do sertão e da zona da mata pernambucana.

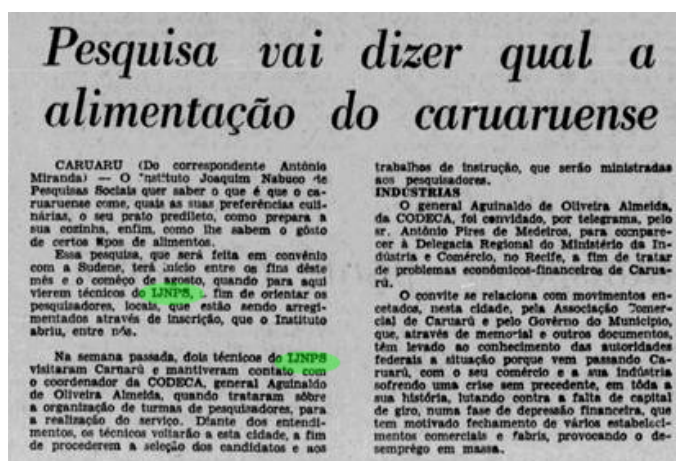
O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) representou um importante capítulo na história do processo de institucionalização das Ciências Sociais em Pernambuco (Souto Maior, 2009). Nas primeiras décadas após sua criação, ele se consolida enquanto um lugar institucional a partir do qual ecoam os efeitos de um acontecimento fundamental na ordem dos discursos sobre o Nordeste brasileiro: *a sensibilidade intelectual e política frente ao problema da pobreza* (Souza, 2024). Um tema que, conforme sabemos, teria lugar central no processo mais amplo de construção de um imaginário sobre a região Nordeste e seu povo (Albuquerque Júnior, 2009). Naquele contexto, o tema do subdesenvolvimento da região, e, especialmente, a tentativa em conferir tratamento científico aos problemas relativos à vida das populações residentes nas pequenas e médias cidades pernambucanas, retroalimentam a lógica de uma pesquisa social que se quer engajada, e que ficará marcada pela cultura da produção do *diagnóstico* e do *relatório* científicos. Dispositivos, numa acepção foucaultiana, a partir dos quais se buscava descrever os problemas sociais e, em alguns casos, apontar soluções viáveis frente aos problemas identificados (Jucá, 1991).

Nas décadas de 1960/70, em grandes capitais como a cidade do Recife assistia-se a um desenfreado aumento demográfico, vis-à-vis o alargamento das periferias e de seu contingente populacional. Impressionada com este fenômeno social, a antropóloga francesa Colette Callier, ao realizar pesquisas etnográficas na cidade do Recife naquele período descreveria aquelas paisagens como dignos exemplares das “mocambópolis” brasileiras (Callier-Boisvert, 1964-5, p. 134). Fenômeno impulsionado, também, pelo processo de migração interna - campos/cidades, interior/capital. O deslocamento de grandes contingentes populacionais no interior em direção aos

⁵ Empregamos o conceito de lugar social no sentido formulado por Michel de Certeau (2011). Ou seja, compreendemos o lugar social enquanto aquela instância política, socioeconômica ou cultural em torno da qual se “instauram os métodos”, se “delineia uma topografia de interesses” e se organizam “os documentos e as questões” de uma operação investigativa (CERTEAU, 2011, p. 47).

grandes centros urbanos, especialmente em Pernambuco, alimentará a curiosidade antropológica em ascensão naquele contexto histórico. O chamado interior sendo constantemente tematizado, numa espécie de conversão deste espaço imagético em objeto de pesquisa. *As cidades do interior, constantemente descritas como residência oficial do flagelo da fome, serão revisitadas por outra fome, ainda mais faminta, a fome de um poder-saber.*

Matérias publicadas no Diário de Pernambuco buscavam reforçar este espírito político e social do IJNPS enquanto uma Casa de pesquisa comprometida com os problemas nacionais vistos sob o prisma das realidades locais nordestinas. Muitos cientistas sociais estabelecidos na capital pernambucana compartilhavam de um mesmo desejo: conhecer as tramas da vida política, cultural e social nas cidades do interior. Numa espécie de catarse que traduzia certa orientação pragmática, utilitarista (e política) da pesquisa social naquele período.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – publicação do Diário de Pernambuco na década de 1970.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – publicação do Diário de Pernambuco na década de 1960.

Nas décadas que sucederam a criação do instituto, uma ampla rede de contatos estabelecidos pelos diretores da Casa com órgãos da imprensa a partir da redação de periódicos regionais e nacionais desloca eventos, cursos, ações e cerimoniais realizados no instituto para as páginas de importantes jornais e revistas. O discurso da imprensa funcionando, de alguma maneira, não apenas como uma espécie de vaso comunicante entre as ações daquele instituto e um público leitor idealizado, mas, sobretudo, como um elemento constituinte no processo de construção do próprio *éthos* da Casa. Essa presença marcante das ações do IJNPS nas páginas dos jornais foi bastante beneficiada pela gestão de Mauro Mota, diretor executivo do instituto entre 1957 - 1970⁶. Ex-diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, com importante atuação na imprensa pernambucana do período, especialmente no Diário da Manhã e no Diário de Pernambuco, poeta e escritor natural da cidade de Nazaré da Mata, Mauro Mota era dotado de um profundo senso arquivístico, além de manter uma ampla rede de contatos com intelectuais, jornalistas e políticos de sua época (Pereira, 1987; Jucá, 1991).

Nas décadas de 1960/70, a questão dos sentidos associados à uma instituição de pesquisa sustentada com subsídios do Governo Federal, como era o caso do IJNPS,

⁶ Segundo a historiadora Joselice Jucá (1991), esse período foi caracterizado pela ampliação dos equipamentos técnicos e pelo avanço das pesquisas no instituto. Tratou-se de um período de consolidação do instituto, com a aquisição de parte substantiva de seu acervo documental, a ampliação e funcionamento efetivo da Biblioteca da Casa, a organização de cursos destinados à formação complementar em Ciências Sociais em Pernambuco, etc. Foi neste período também que o instituto passou à condição de Autarquia Federal. É criado o Conselho Diretor, fomenta-se a parceria internacional e o intercâmbio de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. No mesmo contexto, é criado o museu antropológico do Instituto, cujo acervo refletia, inicialmente, uma preocupação dos pesquisadores em fomentar a pesquisa sobre a cultura afro-brasileira e indígena das regiões norte e nordeste do Brasil.

era vital. Especialmente no contexto da Ditadura Militar. O interesse de pesquisadores vinculados direta e/ou indiretamente ao instituto pelo tema da reforma agrária, por exemplo, traduzia, de alguma maneira, a tentativa em produzir diagnósticos e relatórios sobre assuntos que atravessavam as sensibilidades políticas naquele contexto histórico. Sem dúvidas, no contexto de ação das *Ligas Camponesas*, especialmente na região dos canaviais pernambucanos, de acirramento da luta de classes e de perseguição aos sindicatos e aos comunistas, a questão da luta pela terra ganhava contornos ainda mais decisivos. Exemplo disso foi o “grande debate de 1963”, onde o IJNPS realizou importante Simpósio sobre o tema da reforma agrária (Jucá, 1991, p. 112).

O *Simpósio sobre a Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco* ocorreu por iniciativa de Gilberto Freyre no período de 13 a 18 de maio de 1963, privilegiando a discussão interdisciplinar e a adoção de um critério ecológico de análise do problema. Joselice Jucá comenta que o evento congregou

[...] debates com representantes dos mais diferentes segmentos da nossa realidade rural e urbana: das Ligas Camponesas, sindicatos rurais, usineiros, plantadores e fornecedores de cana, líderes religiosos, militares, representantes das universidades e do Governo do Estado. O então Comandante do IV Exército, depois Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, esteve presente aos debates, cujos participantes, de heterogênea formação ideológica, contribuíram para acentuar o antagonismo representado pela diversidade de opiniões. Nos debates, os pesquisadores do Nabuco foram representados por Paulo Maciel, Mário Lacerda de Melo, Renato Carneiros Campos, Alcides Nicéias, Cláudio Souto e Antônio Carolino Gonçalves. As conferências ficaram a cargo do ex-deputado Francisco Julião, Padre Antônio Melo, um dos líderes do sindicalismo rural em Pernambuco, o engenheiro e economista Caio de Amorim Pontual, o engenheiro Gustavo Colaço Dias e o Secretário-Assistente do então Governador de Pernambuco, Antônio Carlos Cintra do Amaral (Jucá, 1991, p. 113-4).

Apesar da presença de importantes lideranças da luta dos trabalhadores no campo no período, como, por exemplo, a participação de Francisco Julião como um dos conferencistas, devemos pensar a posição do IJNPS sobre a questão da Reforma Agrária como politicamente marcada pelo tom conciliatório. Por um lado, buscava-se salientar a independência do instituto no trato de questão bastante sensível no início dos anos 60; por outro, a própria opção - fruto de uma orientação postulada por Gilberto Freyre - por uma leitura com ênfase nos problemas ecológicos envolvendo a

Reforma Agrária (em detrimento, por exemplo, da luta de classes e das contradições relativas à posse das terras no Nordeste), nos fornece espécie de indício de um *não-dito* que não deve ser negligenciado.

Imagem 1: Sede do Instituto Joaquim Nabuco na década de 1960



Fonte: Acervo iconográfico da Vila Digital – Fundação Joaquim Nabuco

Outro aspecto relevante associado à ação do instituto no período diz respeito à recepção de inúmeros pesquisadores estrangeiros, especialmente, antropólogos. Alguns deles, bolsistas de universidades norte-americanas, europeias e, em menor número, latino-americanas. Na imprensa pernambucana, em matérias assinadas por Mauro Mota, a atuação de pesquisadoras francesas como Colette Callier no instituto era apresentada como marca do prestígio internacional da Casa. Na seção “*Agenda*” do Diário de Pernambuco, Mauro Mota ressaltava esse reconhecimento internacional do instituto sob sua direção, ao passo que comentava, com orgulho, algumas das pesquisas realizadas e em andamento por esses estudiosos de terras distantes:

O prestígio internacional do IJNPS constata-se, não em palavras, mas nos bolsistas que nos procuram, procedentes das mais importantes universidades do mundo. Cito só os deste momento: Colette Callier, da Universidade de Paris, que concluiu um estudo sobre A Migrante de Origem Rural no Recife e está realizando, no momento, o Sistema de Exploração da Terra e

Estratificação Social num município do interior de Pernambuco: Agrestina
(Diário de Pernambuco, 1966, p. 4)

O destaque à antropóloga francesa não era um caso isolado. Na mesma matéria, Mauro Mota destacava a produtividade do instituto. Enfatizava a realização de 36 cursos na área da antropologia e das ciências sociais de modo geral, ofertados desde 1957, ano em que assumiu o cargo como diretor de pesquisa. Menciona o curso de antropologia ministrado por Froes da Fonseca; o curso sobre Alfredo de Carvalho, ofertado por Gilberto Freyre; o de Cultura Popular, por Luis da Câmara Cascudo, além do curso sobre mudanças sociais ofertado pelo pesquisador Charles Ackerman, da Universidade de Cornell. Menciona, ainda, a presença, no instituto, do antropólogo Simon Mithell, do economista Fanny Mitchell da Universidade de Oxford e da Escola de Economia de Londres, bem como sua pesquisa sobre a comunidade de pescadores na Praia de Maria Farinha, na cidade do Recife.

Em estudo pioneiro que discutiu o processo de criação e institucionalização da pesquisa social no IJNPS, a historiadora da Fundação Joaquim Nabuco, Joselice Jucá (1991), comenta que esse processo de internacionalização das pesquisas no instituto se ampliou na gestão de Mauro Mota. Seu trabalho também nos fornece importantes subsídios para a compreensão das condições institucionais que permitiam a chegada de pesquisadores estrangeiros, bem como acerca da orientação temática de suas pesquisas:

A partir de 1958, registra-se a vinda de bolsistas estrangeiros para o Instituto Joaquim Nabuco, assim como a ida de alguns dos nossos técnicos para cursos de aperfeiçoamento em instituições nacionais e do exterior. Os bolsistas vinculados às universidades norte-americanas e europeias vinham ao Brasil com o patrocínio de órgãos internacionais, como a Comissão Fulbright e a Convenção de Buenos Aires – programa de intercâmbio de estudantes de pós-graduação firmado entre o Brasil e outras nações da América – além do apoio financeiro das universidades de origem dos bolsistas, algumas vezes também patrocinados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os temas estudados diziam respeito à realidade nordestina visando à preparação de teses em nível de pós-graduação em suas universidades de origem. No Instituto Joaquim Nabuco, os bolsistas encontravam nos pesquisadores da casa a orientação necessária à realização do trabalho de campo – que envolvia a concessão dos meios de locomoção – e ao levantamento de documentação bibliográfica necessária ao embasamento teórico da pesquisa, oferecida pela Biblioteca da Instituição (Jucá, 1991, p. 110).

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores estrangeiros estavam em plena sintonia com os pressupostos de criação do próprio instituto. Especialmente, no que diz respeito ao estudo da região Nordeste. O dispositivo do relatório e do diagnóstico científico retroalimentam o discurso e a sensibilidade político-institucional frente à temas como a pobreza, os processos de migração campo/cidade, a questão da luta pela terra, o desenvolvimento e atraso econômico nas pequenas *urbes*, os hábitos de suas populações, seus rituais em matéria de religiosidade, folclore e cultura. A antropóloga francesa Colette Callier integrava, portanto, um movimento institucional mais amplo, onde a orientação política da pesquisa científica imprimia aos estudos a serem realizados uma certa identidade. Colette Callier esteve no IJNPS em duas ocasiões (1964 e 1966). Inicialmente, para estudar *A Migrante de origem rural no Recife* e, depois, para desenvolver uma pesquisa “cujo relatório se intitulou *Apostamentos para um estudo da economia agrária num município da Zona Agreste de Pernambuco*” (Jucá, 1991, p. 111).

Em 1964, uma vez estabelecida no instituto na condição de pesquisadora visitante de uma das mais prestigiadas universidades europeias, a Sorbonne, como se construíram os caminhos políticos que permitiriam à Colette Callier levar adiante um dos desdobramentos mais significativos de suas pesquisas no Brasil? A saber, o estudo minucioso dos processos de estratificação social e das formas de exercício do poder político numa cidade do interior pernambucano? É o que passamos a discutir na próxima seção.

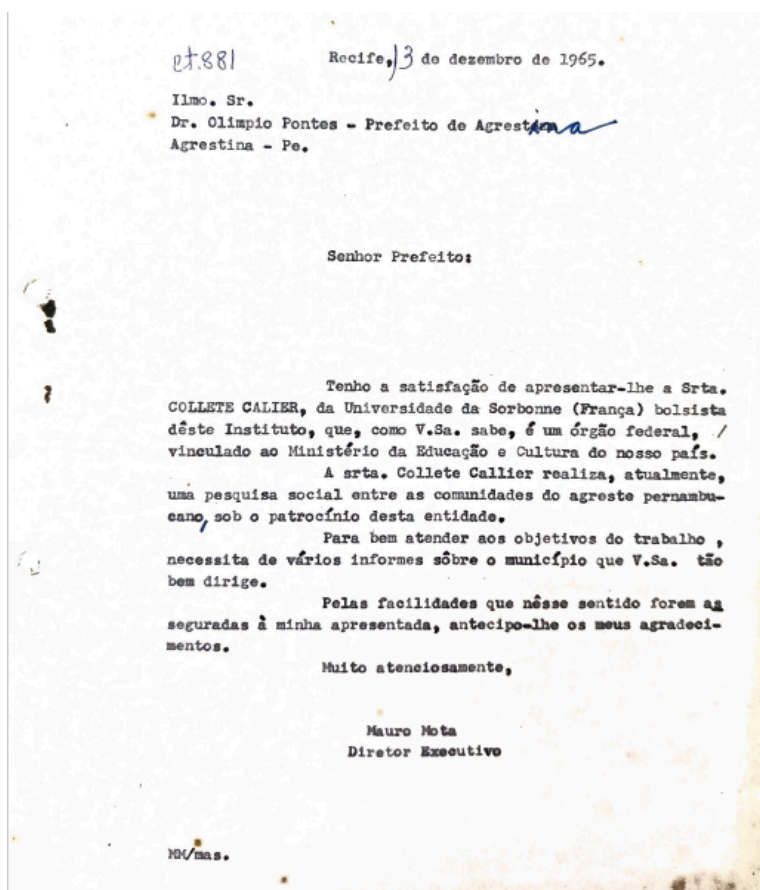
Notas de gabinete: sobre cartas que buscam “abrir” os caminhos

Durante a Ditadura Militar, muitas pesquisas realizadas por pesquisadoras/es ligados ao IJNPS em cidades do interior pernambucano contaram não apenas com o apoio logístico da instituição. Nas cidades do interior, especialmente no agreste do estado, o *modus operandi* das elites locais demandava outros protocolos de autorização e legitimação. Mauro Mota foi responsável, por exemplo, pela tentativa em estabelecer alguns dos contatos iniciais com autoridades políticas estaduais e municipais, encarados como necessários à efetiva realização dos trabalhos de campo idealizados por pesquisadores vinculados ao instituto. Especialmente naqueles

territórios onde a força dos poderes locais e, naturalmente, o clima de desconfiança generalizada com relação à figura do *estrangeiro* - fortalecido pelo golpe militar de 1964 -, representava obstáculos significativos ao desenvolvimento das pesquisas, sobretudo, aquelas de cunho etnográfico.

Em correspondência datada de 13 de dezembro de 1965, Mauro Mota apresentava a antropóloga Colette Callier ao prefeito da cidade de Agrestina, o Sr. Olímpio Pontes. O documento nos fornece elementos interessantes para problematizarmos as condições sociais de produção do discurso etnográfico sobre a cidade do interior no contexto da Ditadura civil-militar brasileira.

Imagem 2: Carta de Mauro Mota ao gabinete do Prefeito de Agrestina.



Fonte: Acervo Mauro Mota - Centro de Documentação - Fundação Joaquim Nabuco.

Destaca-se na carta, não somente a formalidade da correspondência enviada ao gabinete do prefeito da municipalidade (um ritual comum, para este gênero de correspondência oficial), mas, sobretudo, seu conteúdo político e retórico manifesto. Tratava-se, pois, de construir a legitimidade do trabalho investigativo da antropóloga francesa. Ao destacar que o instituto era um “órgão federal”, seu autor buscava, também, convencer seu destinatário acerca da seriedade e legitimidade da Casa. Numa construção do *éthos* da pesquisadora - e do próprio instituto - que também não deixa de enunciar sua instituição/país de origem como dispositivo de posituação do empreendimento investigativo que se prenuncia: a Universidade Sorbonne (França). No texto, o “patrocínio” do instituto e a classificação do estudo como “pesquisa social” também atuam como recursos retóricos destinados a conferir o respaldo institucional ao trabalho da pesquisadora, bem como orientar certa leitura de sua presença na cidade como “ideologicamente desinteressada”.

Importante ressaltar, que Mota não mantinha contatos regulares com a administração local, muito menos com o Prefeito Olímpio Pontes. A carta enviada naquele mês de Dezembro, portanto, buscava dar conta de um evento específico: a presença da pesquisadora estrangeira na cidade. Naturalmente, ela também buscava responder a um obstáculo real: o da recepção política dos atores locais dispensada a uma mulher, estrangeira, interessada em tomar nota dos hábitos, costumes, comportamento político e formas de estratificação social da população da cidade num contexto de notório acirramento dos embates de natureza política e ideológica. Por razões óbvias, Mauro Mota não deixa claro ao seu destinatário os possíveis desdobramentos (inclusive temáticos) da investigação que pretendia realizar a antropóloga. Decerto, pois o propósito deste tipo de correspondência não era produzir a dúvida e/ou retroalimentar os sinais da desconfiança política. Muito pelo contrário, seu *ato ilocutório* era, por assim dizer, preparar o terreno, “abrir” os caminhos à pesquisadora estrangeira.

É porque o estrangeiro é um sujeito sem história - desde a perspectiva da cidade e dos grupos que a governam -, que a apresentação institucional, traduzida neste dispositivo que é a carta, encontra sua razão de ser. Decerto, a construção do *éthos* da pesquisa e da pesquisadora francesa não resolve a questão de um passado - o da comunidade - que permanece objetivamente intransferível ao visitante. Contudo,

este procedimento guarda a promessa, ao menos, de reduzir os possíveis efeitos resultantes de um estranhamento inicial que se mostrará, mais adiante, inevitável.

Se o dispositivo não cumpriu totalmente seus propósitos (conforme ficará mais claro ao leitor mais adiante), ao menos, ele constitui importante registro dos processos de tensionamento e negociação implícita envolvidos na constituição de um discurso etnográfico sobre as cidades do interior pernambucano no período. Ocorre que, em muitas cidades, os poderes executivo e legislativo estavam organicamente submetidos à autoridade política, por vezes discricionária, de lideranças políticas estaduais. Este era exatamente o caso na cidade de Agrestina. Assim, de nada adiantaria convencer o prefeito sem o convencimento e patrocínio, ainda mais relevante, do deputado estadual que, neste caso, exercia, de fato, o poder da governança na cidade. Em outros termos, seria preciso convencer aquele que, nos termos da própria Colette Callier, era, de fato, o real líder político do município: o “*manda chuva*” da cidade.

Ciente da complexidade do projeto de pesquisa em curso, Colette Callier nos forneceria, em alguns de seus textos publicados posteriormente às pesquisas de campo, pistas importantes no sentido de precisarmos, por assim dizer, as representações de uma etnóloga cuja posição traduzia as (im) possibilidades de um discurso encarado pelo signo da suspeita. Para além da voz institucional, o que nos comunica a voz da antropóloga?

A antropóloga em movimento: relatos de chegada

Em um texto publicado no início dos anos 2000, Colette Callier destacava a importância do Instituto Joaquim Nabuco para a realização de seu projeto investigativo no Brasil. Na ocasião, a etnóloga frisava a mediação do instituto no contato estabelecido com importante liderança política estadual que se revelaria, mais adiante, como o verdadeiro chefe político da cidade mirada pela pesquisadora como campo de seus estudos empíricos no interior. Num apontamento que nos diz algo acerca das dificuldades concretas enfrentadas por uma pesquisadora interessada em estudar o fenômeno das estruturas do poder em cidade historicamente governada pelo signo de um cruento clientelismo, a pesquisadora escreveu:

Par l'intermédiaire de l'Institut Joaquim Nabuco, je pris contact avec le chef politique du município (le manda-chuva ou grand manitou), également député du Pernambouc, qui occupait une charge administrative élevée à Recife. Il s'engagea à m'assurer l'hébergement sur place et à me présenter aux autorités locales. Le 18 novembre 1965, je pris un autocar à Recife. Il devait me conduire à destination en quatre heures en faisant un détour par la zone sud, Palmares-Catende. Arriver de la sorte, par mes propres moyens, fut une erreur de jugement (Callier-Boisvert, 2014, *online*)

Neste primeiro nível dos relatos de chegada da antropóloga à cidade, revelam-se não apenas as reais condições que permitiram à pesquisadora se estabelecer no município. O trecho também é didático em razão daquilo que não diz. Primeiro, a busca pela prévia autorização e encaminhamento do deputado estabelecido na cidade do Recife situa a questão dos limites encontrados pela carta inicial enviada por Mauro Mota ao chefe do poder executivo local. O emprego da expressão “manda chuva”, pela antropóloga, aponta para o reconhecimento de um polo de poder situado além dos limites territoriais da cidade que se pretendia investigar. O uso do termo também traduz o reconhecimento da pesquisadora a propósito de certo limite imposto à autonomia dos prefeitos no interior, sempre pressionados por força da tradição, por autoridades políticas estaduais com fortes vínculos políticos com tais cidades, como era o caso. É digno de nota o fato de que naquele ano de 1965, a família do deputado estadual já governava a cidade há pelo menos quatro décadas consecutivas (Lemos Júnior, 2000; Silva, 2022).

Localizada numa zona limítrofe, entre a zona da mata e as rotas que conduziam ao litoral e aos sertões, a cidade de Agrestina, disposta no “coração do agreste”, impressionará a etnóloga pela singularidade não apenas de sua geografia e pelo relativo dinamismo de sua economia (densos terrenos propícios à prática da agricultura, fortalecidos por significativa produção agropecuária voltada aos mercados mais próximos), mas, sobretudo, pelos profundos níveis de estratificação social que se traduziam, inclusive, no modelo das habitações, nas assimetrias da modernização e da urbanização, nas distâncias que separavam o centro - espaço reservado, quase que exclusivamente, à morada e aos negócios das famílias tradicionais -, e as periferias - locais insalubres geralmente reservados às populações oriundas do campo e aos recém chegados de cidades vizinhas, interessados na proximidade de Agrestina

com a cidade de Caruaru, já constituída, nas décadas de 1960/70, em importante centro comercial e industrial (Callier-Boisvert, 1973;1979).

Imagem 3: Localização estratégica da cidade de Agrestina na região do Agreste pernambucano.



Fonte: (Callier-Boisvert, 1979, p. 132).

No plano mais geral do que estamos chamando de *ditadura das municipalidades*, além desta espécie de elasticidade do centro de comando e tomada de decisões - que pressupunha a função estratégica dos vasos comunicantes que uniam os gabinetes dos prefeitos locais aos gabinetes de lideranças políticas estaduais - é preciso ponderar o caráter centrífugo das disputas pelo poder na esfera local. Em outros termos, não apenas o poder se deslocava para fora, como internamente ele se demonstrará disperso em camadas bastante heterogêneas do corpo social. Em nota de agradecimento, na ocasião da publicação de seu primeiro relatório fruto de suas pesquisas de campo realizadas na cidade entre 1965/6, Colette

Callier listará alguns nomes importantes na história das disputas familiares que caracterizaram aspecto constituinte da história do município. Guardando a descrição inicial e típica a este gênero discursivo, a etnóloga traz à tona o nome próprio despido de suas fronteiras antagonísticas:

A pesquisa no campo foi realizada de novembro de 1965 a novembro de 1966, graças a um subsídio do CNRS de Paris. Devemos agradecer ao IJNPS e especialmente ao Presidente o Prof. Gilberto Freyre, assim como ao ex-Diretor Executivo Dr. Mauro Mota pela benevolência com que favoreceram este trabalho e pela assistência material que forneceram. Estende-se o meu agradecimento à toda população de Agrestina pela simpatia e o interesse com que me acolheu, e **em particular ao Diretor da Cooperativa Agropecuária, o deputado estadual Elias Libânio Silva Ribeiro, ao Dr. Afrânio Barros de Assunção, ao Dr. Pedro de Alcântara Guilherme de Azevedo Lira, e ao Agente de Estatística Mario Tabosa.** Enfim agradeço às quatro alunas do Curso de Sociologia Política do 2º Ano, do Instituto de Ciências Políticas e Sociais do Recife Inalda Heleine Lira de Siqueira, Jacireima Bernardo, Margarida Barbosa de Santana e Myrian a simpática ajuda que me prestaram na coleta das informações (Callier-Boisvert, 1973, p. 144- grifos nossos)

A antropóloga delinea a existência de uma ampla rede de contatos estabelecidos. Uma rede que contava com suporte técnico do instituto, a participação de outras pesquisadoras nas tarefas de campo vinculadas à instituições na cidade do Recife, subsídios financeiros de órgãos de seu país de origem, até os contatos travados com autoridades políticas e burocracia locais. Importante mencionar que entre os anos de 1960 e 1980, dois grupos políticos disputavam o poder político na cidade de Agrestina. O grupo representado pelo dístico “*boca-preta*” e seu antagonista, o grupo popularmente conhecido como “*pé-de-pena*”. Elias Libânio Silva Ribeiro e Pedro de Alcântara Guilherme de Azevedo Lira, respectivamente, eram nomes importantes na longa história de rivalidades políticas envolvendo esses grupos. Uma vez firmados os primeiros contatos com famílias e autoridades políticas locais, Colette Callier identificou muito rapidamente a importância vital do reconhecimento (e autorização indireta) não apenas do “*manda chuva*”, mas, também, das forças políticas antagonísticas à hegemonia do deputado estadual e, naquele contexto, também Diretor da Cooperativa Agropecuária.

Na prática, o respaldo institucional do IJNPS e a relação política estabelecida com o deputado estadual não asseguravam, *per se*, a legitimidade do empreendimento

investigativo do ponto de vista dos atores locais. Lidas isoladamente, tanto a carta escrita por Mauro Mota ao prefeito da municipalidade em 1965 quanto o aval do deputado estadual e chefe político da localidade não selariam, em definitivo, o sucesso da pesquisa, muito menos a segurança “pessoal” da etnóloga na cidade.

Isto fica claro em mais um de seus relatos:

À mon arrivée, j'ai été accueillie par la sœur du député qui m'a présentée à toutes les autorités locales et, au cours des jours suivants, à ses amis, en tant que « chercheur en science sociale, chargée d'une enquête sur le município à des fins universitaires ». Elle m'installa dans une maison appartenant à un fils du leader, qui résidait dans une autre ville où il était juge. La maison fut ouverte à cette occasion et elle m'y tint compagnie pendant le mois que dura ce premier contact. Une veuve âgée était chargée de l'entretien et de la préparation des repas. Mon hôte dirigeait une institution caritative et une école professionnelle dans le bourg mais elle n'y résidait pas en temps normal et se déplaçait beaucoup à Recife, Rio et São Paulo pour recueillir des fonds. **J'ai découvert très vite que les présentations avaient été limitées à une partie seulement de la population et qu'il régnait un climat de vives tensions dans le bourg. L'agent chargé des statistiques qui était, lui, tenu de conserver de bons rapports avec tout le monde, me le confirma rapidement. En arrivant par mes propres moyens, je pensais garder un semblant de neutralité. Pari impossible puisque, de toute façon, ma venue avait été préparée par le manda-chuva. Ce fut le prétexte saisi par l'opposition pour contester ma légitimité institutionnelle et scientifique** (Callier-Boisvert, 2014, *online* - grifos nossos)

A antropóloga teve que lidar, portanto, com a desconfiança inicial dos atores políticos que faziam oposição ao grupo do então deputado estadual na cidade. Uma vez estabelecida uma relação de proximidade com o bloco “*pé-de-pena*”, seria preciso convencer, ainda, o grupo “*boca preta*”. Além disso, o depoimento da pesquisadora nos revela a existência, nos anos 60, de outra força política em ação no plano da municipalidade: o *corpo burocrático*. A existência de um organismo de *funcionários patrimoniais*, apesar de bastante incipiente no período, implicava, do ponto de vista da pesquisadora, na necessidade do diálogo com uma parcela dos *estabelecidos* - nos termos sociológicos definidos por Norbert Elias e John Scotson (2000). Em tese, pesquisar a cidade era algo impensável fora do contato direto com alguns indivíduos beneficiados em função de sua proximidade com as lideranças políticas. Recém chegada na cidade, Colette havia de manter uma relação inevitável com diferentes níveis do corpo burocrático em funcionamento, assim como driblar as possíveis tensões internas de um campo social - no sentido bourdieusiano - onde o exercício

dos cargos dependia não apenas da aprovação dos “manda chuvas”, mas, sobretudo, da capacidade dos agentes em conter possíveis ameaças ao jogo social e, sobretudo, ao *status quo*.

Além disso, a cena englobante da década de 1960 também representava sérios obstáculos à posição da etnóloga no contato com os atores políticos na cidade. Especialmente, a condição de neutralidade ideológica do discurso que ela buscava afirmar ao ressaltar, por exemplo, entre seus interlocutores e informantes em mais de uma ocasião, o caráter estritamente científico de suas pesquisas de campo. No plano internacional, a Guerra Fria; e, no caso brasileiro, a implantação da Ditadura Militar em 1964 retroalimentavam o clima de desconfiança já existente entre os partidários deste ou daquele grupo político no plano local. Nestes casos, a posição do estrangeiro era confundida, por vezes, com as atividades da espionagem, associada, não raras vezes, às tramas da delação, da investigação e da denúncia.

À cette époque, les « volontaires de la paix », jeunes nord-américains envoyés quelques années auparavant par le président John Fitzgerald Kennedy en Amérique latine, étaient soupçonnés d'espionnage. Ma qualité d'étrangère justifiait l'amalgame avec eux. On m'envoya deux intermédiaires : un médecin libéral venant de l'extérieur et exerçant dans le cadre d'une association de bienfaisance et l'agent des statistiques lui-même. Ce dernier, qui cherchait à se couvrir, me signifia que je n'obtiendrais plus aucune information et me conseilla de repartir. En tentant de m'intimider, la partie de la population à laquelle la famille du député n'avait pas voulu ou pas pu me présenter, me signifiait son existence et surtout son importance. Le « malentendu » fut vite dissipé. Dorénavant, je serai conduite par une voiture avec chauffeur de l'Institut Joaquim Nabuco à chaque retour sur le terrain. Ce « malentendu » éclairait le jeu de positionnement des acteurs de la société, notamment sur les mécanismes sociaux que ma présence était venue perturber. J'avais eu le tort de ne pas accomplir la démarche de présentation auprès de l'opposition pour faire accepter ma légitimité institutionnelle et scientifique avant d'arriver. Le rejet à mon égard était en fait dirigé contre le parti au pouvoir qui m'avait accueillie. Il m'avait suffi d'expliquer aux chefs de l'opposition la raison de ma présence et la « neutralité » de mes objectifs, comme je l'avais fait auprès du leader, pour négocier ma place dans la société et instaurer le dialogue (Callier-Boisvert, 2014, *online* - grifos nossos)

A existência da presença estrangeira com perfil ideológico mais ou menos evidente em cidades do interior pernambucano já era conhecida pelos atores políticos locais. Nos anos de 1960, no âmbito da *United States Agency for International Development* (USAID), agência do governo dos Estados Unidos, diversas ações de

cooperação foram firmadas com governos estaduais na região nordeste. Com o pretexto de fomentar o desenvolvimento e a modernização liberal de cidades do interior assoladas pelo problema da pobreza, da educação e da saúde pública, o governo norte-americano visava, na verdade, conter o clima de acirramento de lutas no campo e nas cidades, fortalecido pela demanda da reforma agrária, pela atuação de lideranças populares e pela organização de ligas camponesas e sindicatos onde se organizava a luta dos trabalhadores contra o poder do latifúndio. Em cidades do agreste pernambucano, a presença da USAID se traduziu, por exemplo, no fomento à construção de escolas primárias e secundárias, como o colégio *José Lins de Figueiredo*, localizado na cidade de Altinho, antigo município do qual Agrestina foi distrito até o ano de 1943. Mas, se a política externa reforçava o éthos da desconfiança, internamente, as coisas não eram diferentes.

O clima de intimidação à presença de Colette Callier na cidade também resultava da dinâmica das lutas pelo poder na própria localidade. Situada num contexto onde as disputas políticas envolviam dois grupos historicamente estabelecidos, a pesquisadora percebia que os efeitos do golpe militar de 1964 não se traduziram, na esfera local, num alinhamento irrestrito das forças hegemônicas ao projeto de uma política de *mão única*. Com efeito, se a ditadura implicava em certa fantasia de unidade, nas cidades, governaram as famílias tradicionais. Simpáticas ou não ao governo dos militares, essas lideranças, historicamente pragmáticas e patrimonialistas, herdeiras de tradição e linguagem política singulares, criaram seus próprios códigos ético-políticos, administrando as paisagens segundo a primazia de suas próprias demandas.

Singularidade dos antagonismos locais capturada em relato posterior da pesquisadora estrangeira, quando da publicação de um balanço acerca da evolução sócio-econômica na cidade entre 1966 e 1978.

Em 1966, a vida política e social de Agrestina apresentava uma bipolaridade. Havia dois chefes políticos que brigavam para conseguir a maior clientela, conservando assim vestígios do antigo regime de coronelismo. Cada partido mantinha uma cooperativa de crédito, um posto de saúde, um posto odontológico, um clube social, várias escolas profissionais (de corte, costura e bordado, de datilografia). Esta dualidade atingia todos os setores da vida comunitária da cidade: nas relações entre as famílias, nas relações profissionais, na vida recreativa, até na vida religiosa, já que o vigário havia

tomado uma posição política e se tinha oposto energicamente a um espírito que influenciava parte da população (Callier-Boisvert, 1979, p. 128).

Em tese, as elites locais não se constituíram, apenas, enquanto vasos comunicantes do Regime Militar. E, paradoxalmente, a encenação democrática promovida pelo governo federal naquele contexto histórico criava as condições para a manutenção dos antigos jogos de guerra na esfera local; ao passo que deles se alimentava. A manutenção de certa regularidade nas eleições municipais, ainda que sob forte pressão e controle ideológico, criava a cena democrática fantasmática perfeita. Nas cidades do interior, desfiles cívicos em datas especiais, hino nacional cantado pelas crianças regularmente nas escolas, bandeiras hasteadas e a presença constante de militares em atos públicos do poder executivo, as autoridades do poder legislativo municipal elogiando as Forças Armadas pela “manutenção da democracia”, e o padre local, de perfil conservador, celebrando missa em homenagem ao 31 de março de 1964 (Silva, 2022). Com efeito, a cidade do interior também se constituiu, naqueles anos de chumbo, como engrenagem de grande valor simbólico no grande teatro da ordem militar brasileira. Via de regra, nas cidades do interior, deveria selar-se o compromisso das elites políticas com a ordem a fomentar a crença no progresso da nação. Restando à coalhada de povo, a subsunção do seu destino à direção pastoral das lideranças carismáticas estabelecidas.

A representação desta espécie de *imaginário urbano desolador*, que permanece fiel, ao menos neste registro, à certo regime de discursividade que marcou, durante séculos, o olhar europeu sobre as terras e os povos do interior aparece parcialmente em alguns registros fotográficos produzidos pela antropóloga em suas pesquisas de campo na cidade. E, paradoxalmente, tais registros também chamam a atenção por certa busca pelo movimento dos corpos na cidade. Movimentos acompanhados pela ênfase reveladora do profundo éthos rural que caracterizava o *modus vivendi* da população na urbe, sobretudo, em suas áreas periféricas. Imagens que nos falam sobre a artificialidade de certas fronteiras (*natureza/cultura; rural/urbano; infância/adulterez*); mas, também, sobre o impacto físico-social de tantas outras (*centro/periferia; ricos/pobres; estabelecidos/outsiders*).

Imagem 4: Cena do cotidiano em bairro periférico na cidade. Fotografia produzida por Colette Callier em 1966.



Fonte: Acervo iconográfico da Secretaria de Cultura do município de Agrestina.

Imagem 5: Cena do cotidiano em rua próxima à praça central. Fotografia produzida por Colette Callier em 1966.



. Fonte: Acervo iconográfico da Secretaria de Cultura do município de Agrestina.

Simultaneamente, Colette Callier não deixaria de anotar suas impressões acerca das reverberações do golpe militar no universo das mentalidades populares. O imaginário popular governado pelo tema da violência rural e urbana, pelos signos das festas e ritos religiosos, somado pelo interesse visceral nos mínimos detalhes relativos à vida política e, inclusive, privada, dos chefes locais. A fofoca de uns contra todos e de todos contra um funcionando como espécie de “liga” social a atravessar todas as camadas da vida urbana. Formas de sociabilidade unindo (e, por vezes, separando) os corpos a conferir sentido ao espaço em torno da praça central (fig. 4). Por um lado, certo estranhamento relativamente aos significados políticos do 31 de março de 1964; por outro, relativo encantamento com os jogos de guerra vigentes na vida política quotidiana e no campo da esfera religiosa. *A discursividade popular preenchida pelos signos da familiaridade. “Indiferente” àquilo que escapava aos olhos e aos ouvidos; porém, profundamente afetada pelos elementos mais organicamente ligados à “sua” experiência concreta e, sobretudo, simbólica. A dialética entre o céu e a terra marcando o ritmo das sensibilidades na cidade.*

Je fus frappée par le faible impact apparent du coup d’État militaire de mars 1964 sur la population dont l’attention restait centrée sur l’enjeu politique local. De la même façon, je m’étonnai que personne n’ait prononcé le nom de Dom Helder Câmara. Toutefois, des camions remplis de pèlerins quittaient chaque année la ville pour se rendre au pèlerinage du père Cícero à Juazeiro. On me parlait aussi beaucoup du frère Damião, missionnaire franciscain d’origine italienne qui parcourait les campagnes où sa parole était révéree (Callier-Boisvert, 2014, *online*)

As sociabilidades religiosas, festivas e marcantes da vida na cidade cristalizadas em torno da praça central em dias especiais, reforçando os laços sociais num cenário de aparente esvaziamento da própria esfera pública. Ou, mais precisamente, o sentimento do *homo religiosus* suplantando o *zoon politikon* (ζῷον πολιτικόν). O senso comunitário ritmado pelas tramas da vida quotidiana, fortalecido pelo calendário das festas e ritos católicos contrastando com o estranhamento do povo frente aos abalos da política nacional.

Imagem 6: Cena do cotidiano animado pela dinâmica dos rituais religiosos na praça central. Fotografia produzida por Colette Callier em 1966.



Fonte: Acervo iconográfico da Secretaria de Cultura do município de Agrestina.

Não obstante, a falta de impacto do golpe militar de 1964 sobre a população não anula, entretanto, as consequências políticas da Ditadura Militar na vida política do município. Se, por um lado, o imaginário popular, especialmente entre os *outsiders*, estava orientado para as tramas da vida quotidiana e para as questões de natureza religiosa; o mesmo não se poderá dizer com relação ao grupo dos *estabelecidos*, sobretudo, das lideranças políticas e membros do corpo burocrático municipal. Em 1966, a partir de sanções previstas pelo AI-2, o deputado citado pela antropóloga e, de fato, responsável pela recepção inicial da pesquisadora na cidade, teria seu mandato e direitos políticos cassados mediante instauração de Processo Sumário de Investigação por uma Comissão de Investigação em Pernambuco. A cassação do deputado estadual consistia em ato arbitrário do Regime Militar, em contexto histórico onde a mínima evidência da ausência de uma fidelidade irrestrita de agentes políticos regionais e locais ao projeto de governo dos militares era utilizada como estratégia política para acusar tais agentes de toda sorte de atos subversivos, crimes etc. Como, de fato, ocorria com o então deputado estadual pernambucano, acusado de exercer o poder na cidade de Agrestina de forma “discricionária” e sem compromissos com a famigerada “revolução democrática”.

Além disso, os impactos da Ditadura Militar na pequena cidade também se fizeram sentir a partir de outros dispositivos. Alguns deles, bastante subterrâneos. Se os mecanismos de repressão foram acionados para fazer calar o poder da palavra e a capacidade de ação de certas lideranças locais, eles também serão requeridos por alguns indivíduos para assegurar o atendimento às demandas particulares. Já no início da década de 1980, um médico local, simpatizante do Regime Militar, denunciava às autoridades da República atividades subversivas de agentes aparentemente não alinhados à ideologia do Regime Militar. O trecho da carta que segue, produto de um conflito de interesses envolvendo um cirurgião dentista e os poderes locais, nos fornece alguns elementos empíricos acerca das relações de poder envolvendo a esfera dos desentendimento locais e os postos de poder mais altos da República, ampliando, inclusive no tempo, os sentidos de tais articulações.

Primeiro do que o assunto principal; quero pedir vênha a Vossa Excia, patriota a toda prova, dentro dos princípios democráticos e cristão, para me apresentar: Sou um modesto Cirurgião Dentista, com 53 anos de idade, tenho filhos menores (6 a 13 anos), pobre sem consultório, sem condições para comprá-lo; fui relações públicas da Faculdade de Odontologia e Direito de Caruaru. Organizei em tempos idos o 1º e 2º Diretório da Antiga Arena da cidade. Fui Agente informante, antes da revolução redentora de 1964, do nosso glorioso Exército do Irmão Caxias, contra os agentes maquiavélicos de Moscou e inimigos de nosso querido Brasil. Tenho certificado do Projeto Rondon. Agora vamos aos fatos. [...] Estava trabalhando no último dia antes de ser demitido, lá em Agrestina, quando chegou uma turma de rapazes pregando cartazes, ensinando combater a Esquitossomose (isto foi no dia 20-11-1980), então autorizei colocar diversos na sala de espera do consultório, um deles funcionário público federal, interrogou-me sobre o caso do Padre Vito Miracapillo! Respondi que o mesmo e outros asseclas da ideologia vermelha em nossa Pátria já deveriam serem expulsos de nosso País há muito tempo, expliquei que os mesmo deveria pregar o evangelho, ensinar a plantar, colher, cuidar da saúde das mulheres e dos filhos e não jogá-los como inocentes útil contra o governo. Depois mostrei: Prata, cimento cirurgico, porcelana, anestésicos do melhor possível, remédios e outros apetrechos que o governo fornecia para dar assistência aos nossos irmãos camponeses e de que antes eles nunca tiveram uma assistência gratuita tão boa e realística, sem demagogia política. Então, os mesmo três rapazes da comissão saíram dizendo miséria do Presidente da República e denegrindo as nossas instituições. (Está apodrecendo muita coisa por este nordeste afora)⁷

⁷ Trecho de carta enviada ao Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, Gobbery da Costa e Silva, pelo cirurgião dentista Diomedes Lira. Na carta, datada de 26 de maio de 1981, Diomedes Lira apela às autoridades do alto escalão do Governo Federal a solução de litígio particular envolvendo sua atuação no município de Agrestina e as autoridades políticas locais. Em outros trechos da carta, o dentista acusa os desmandos das elites políticas locais, supostas perseguições políticas sofridas, bem como encaminha, ao modo de um Pero Vaz de Caminha, uma demanda mais urgente: um emprego na cidade de Caruaru/PE. As denúncias encaminhadas pelo médico caruaruense ao Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República culminaram em processo instaurado pelo **Serviço Nacional de**

Passagens como estas nos permitem colocar em relevo os limites da “falta de impacto” da Ditadura Militar em cidades do interior observada por pesquisadoras como Colette Callier. Aparentemente, a própria natureza das relações políticas estabelecidas a nível local, especialmente aquelas envolvendo lideranças políticas tradicionais e membros do funcionalismo público (por vezes em rotas de colisão com essas autoridades da “província”), se alimentou do forte clima propenso às delações, denúncias, espionagens e traições políticas, fortalecido com a instalação da Ditadura Militar a nível nacional. Desse modo, ainda que na superfície da espuma popular, o tema da repressão e/ou da violência política não tenham se estabelecido de forma capilar, o mesmo não ocorria com o grupo dos estabelecidos na cidade, cujas atividades funcionais, responsabilidades públicas, (in) fidelidades políticas e demandas implicavam inevitavelmente no contato visceral ou subterrâneo com os andares mais altos da República.

Considerações finais

Durante a Ditadura Militar, o discurso etnográfico sobre as cidades do interior pernambucano não estava desconectado do seu lugar social. Lugar que patrocinava e construía, do ponto de vista institucional, o próprio *éthos* da pesquisa e da pesquisadora. Lugar a partir do qual irradiavam os fios de uma ampla rede de poderes políticos estabelecidos a nível regional e local. Poderes que autorizaram, a partir de seus próprios mecanismos de legitimação, a realização das pesquisas empíricas naquelas cidades onde a *vontade de saber* se implantou de forma corajosa encarnada na figura de um observador não familiar. Colette Callier encarnava essa vontade de saber que alimentou a curiosidade de muitos intelectuais estrangeiros no Brasil profundo. Foi sobre esta cena englobante que circulou seu projeto etnográfico. A Ditadura das municipalidades constituiu, naquele período, a lógica política que colocou sob suspeita não apenas seu projeto de pesquisa, mas a própria emergência de um

Informações (SNI), que visou apurar o caso, conforme documentado no memorando nº 689/02/CH/GAB/SNI/81 de 09 de junho, através da informação nº 166/17/AC/81. Fonte: **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)**. Disponível em: <
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1844365&v_aba=1> Acesso em 27 de novembro de 2025.

discurso científico sobre a vida nas cidades do interior. Curiosamente, as forças centrífugas desta lógica de governo também criaram as condições sociais de produção do próprio discurso etnográfico. Prescrevendo o imperativo dos contatos, o ritual da prévia autorização, o olhar de um poder inquieto cujo afago dos gestos disfarçava, talvez, o caráter ameaçador dele mesmo, as elites locais lembravam a força de suas existências. Isto porque, no âmbito da vida política local, as fronteiras entre a interdição da palavra e a circulação (vigiada) dela mesma eram (e ainda são) duas faces de uma mesma moeda.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, JÚNIOR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ADILSON FILHO, José (Org). *À sombra do passado: histórias, memórias e traumas*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2025.

_____, *Ecos da Ditadura Militar no Brasil profundo* (Org). João Pessoa: Editora do CCTA, 2025.

BANDEIRA, Andrea. Pernambuco às vésperas do golpe empresarial-militar: política, economia e sociedade. In: SILVA; Jefferson Evânio da; BARBOSA, Gustavo Lins (Orgs). *Tempos, espaços e jogos de poder: Pernambuco sob o signo de tramas locais*. Maceió: Editora Olyver, 2022.

BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 59-74, 2014.

CALLIER-BOISVERT, Colette. "Dynamiques de l'interaction chercheur/terrain : un demi-siècle d'observation ethnographique dans l'agreste du Pernambouc", *Brésil(s)* [Online], 5 | 2014, Online since 15 May 2014, connection on 03 December 2025. URL: <http://journals.openedition.org/bresils/893>; DOI: <https://doi.org/10.4000/bresils.893>

_____, Pouvoir local et clientèle dans un municípe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil). In: LÉCRIVAIN, Valérie. *Clientèle guerrière, clientèle foncière et clientèle électorale*. Histoire et anthropologie Paris, Sociétés EUD, 2007, pp.199-218.

_____, Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num Município da Zona Agreste de Pernambuco: Agrestina. *Ciência e Trópico*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.1, n. 1, jan/jun, p. 143-172, 1973.

_____, Evolução sócio-econômica de um município da microrregião agreste meridional: Agrestina, 1966/1978. *Ciência e Trópico*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.7 (1), jan/jun, pp. 105 -136, 1979.

_____, *Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.

CERTEAU, Michel de, *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DABAT, Christine P. Y. Rufino. *Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 742 f. (Tese) Doutorado em História. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel, *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: Editora Massangana, 1981.

JÚNIOR, José Romildo Souza Lemos. *Família, poder e representações: tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969)*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: Cepe Editora, 2019.

NETO, Adauto Guedes. *José Comblin: trajetória e ditaduras na América Latina (1958 -1985)*. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

PEREIRA, Nilo. *Mauro Mota e o seu tempo: biografia*. Recife: Associação da imprensa de Pernambuco, 1987.

OGAWA, Yoko. *A polícia da memória*. São Paulo: Estação Liberdade, 2023.

ROGERS, Thomas D; FILHO, José Marcelo M.F; DABAT, Cristine Rufino. A “tempestade perfeita” da modernidade contra os trabalhadores na zona canavieira de Pernambuco. In: SILVA; Jefferson Evanio da; BARBOSA, Gustavo Lins (Orgs). *Tempos, espaços e jogos de poder: Pernambuco sob o signo de tramas locais*. Maceió, Editora Olyver 2022.

SILVA, Jefferson Evânio da. *Religião e política na Terra da Mazuca: discursos, práticas e palanques eleitorais (1960 -1980)*. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

SILVA, Jefferson Evânio da. A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert. *Ciências & Trópico*, v. 46, n. 1, p. 83 – 96, 2022.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das Ciências Sociais no Brasil: a Sociologia. *Ciência e Trópico*. Recife, v.33, n.1, p.1-180, 2009.

Sítios e documentos consultados

DIÁRIO DE PERNAMBUCO.. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em< <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 27 de novembro de 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema Nacional de Informações (SIAN). Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1844365&v_aba=1> . Acesso em 27 de novembro de 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Centro de Documentação (CDOC) - Acervo pessoal de Mauro Mota.